



Integridade
DNIT

INTEGRIDADE NA INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTE

CENÁRIOS E PREVENÇÕES
Março de 2021

ESTE DOCUMENTO FOI ELABORADO COM BASE NAS SEGUINTE PROPOSTAS DA REDE BRASIL DO PACTO GLOBAL:

- ✓ **INTEGRIDADE NO SETOR DE CONSTRUÇÃO:** Discutindo os dilemas e propondo soluções para o mercado; e
- ✓ **COMBATENDO A CORRUPÇÃO NA CADEIA DE SUPRIMENTOS:** Um guia para clientes e fornecedores – 2º Edição.

Por intermédio de cenários hipotéticos, são apresentadas situações relacionadas com a tentativa de fraude ou de corrupção, medidas preventivas e sugestões de como agir diante da ocorrência de tais problemas.

Baseado nesse modelo, sugere-se a leitura, ampla difusão no âmbito das Superintendências do DNIT e a preparação de pessoas para multiplicarem o conhecimento.

Boa leitura!



CENÁRIO # 1

UMA EMPRESA OFERECE VANTAGEM INDEVIDA A AGENTE PÚBLICO PARA APROVAÇÃO DE ADITIVO DE CONTRATO

Descrição: o Departamento assinou um contrato com uma empresa para realizar um projeto. Durante a execução, a empresa oferece suborno a um agente público para obter a aprovação no escopo de projeto, visando aumentar o valor da obra e obter maiores ganhos.

PREVENÇÃO AO SUBORNO: COMO REDUZIR A PROBABILIDADE DE A OFERTA ACONTECER?

- ✓ Se possível, deve-se trabalhar com um projeto executivo no lugar de projeto básico.
- ✓ Quanto mais detalhado for o projeto executivo, menos condições a empresa terá de pleitear aditivos, mitigando riscos de corrupção.
- ✓ A empresa deve ser certificada que, depois de assinado o contrato, está comprometida a executar o projeto no prazo, dentro do preço acordado e conforme o escopo contratado. Eventualmente, poderá ser elaborada revisão de projeto em fase de obra (RPFO), contudo deve haver uma rigorosa certificação da necessidade.
- ✓ O contrato deve possuir salvaguardas contra corrupção, baseada na legislação existente. (cláusulas de integridade). Se possível, deve haver cláusulas que: 1) proíbam pagamentos ocultos e/ou ilícitos; 2) explicita que, na ocorrência da tentativa de suborno, será instaurado processo administrativo que poderá resultar em rescisão contratual.
- ✓ Conheça seu contratado(a). Realize diligências (também conhecida como due dilligence), utilizando dados de fontes abertas como o Portal da Transparência, por exemplo. Verifique se já há registros de tentativa de corrupção pela empresa.
- ✓ Reavalie a probabilidade de demandas indevidas em cada fase do projeto.
- ✓ Desenvolva um plano de ação antifraude e anticorrupção.
- ✓ Promova, entre as empresas contratadas, ações de estímulo à transparência, integridade e comportamento ético.
- ✓ Adote uma política de gestão antissuborno. Para isso utilize a Norma Brasileira ABNT NBR ISO 37001.
- ✓ No início do projeto, ofereça treinamento de integridade/*compliance* aos gestores da empresa e ao(s) fiscal (is) de contrato.
- ✓ Garanta, sempre que possível, que o contrato tenha uma matriz de risco de integridade, onde as responsabilidades de prevenção, por todas as partes estejam bem definidas.
- ✓ Evite reuniões com representantes da empresa sem a presença de testemunhas.

COMO RESPONDER SE A OFERTA DE SUBORNO FOR FEITA?

- ✓ Recuse-se a receber o suborno e informe ao ofertante sobre as implicações criminais de tal ação.
- ✓ Informe que o Departamento preza pela integridade, inclusive possui uma Política Antifraude e Anticorrupção.
- ✓ Informe ao seu superior hierárquico e ao agente de integridade da Superintendência.
- ✓ Utilize o canal Fala.Br para efetuar uma denúncia sobre o fato.



CENÁRIO # 2

UMA EMPRESA OFERECE VANTAGEM INDEVIDA COMO CONDIÇÃO PARA ACEITAÇÃO DE SERVIÇOS FORA DA ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA

Descrição: o Departamento assinou um contrato com uma empresa para realizar um projeto. Durante a execução, a empresa oferece suborno a um agente público para aceitar serviços que se encontram fora da especificação técnica.

PREVENÇÃO AO SUBORNO: COMO REDUZIR A PROBABILIDADE DE A OFERTA ACONTECER?

- ✓ Garanta a excelência na gestão contratual a fim de evitar situações propícias a abordagens indevidas.
- ✓ Adote uma política de gestão antissuborno. Para isso utilize a Norma Brasileira ABNT NBR ISO 37001.
- ✓ Realize treinamentos na Superintendência com situações práticas, de modo que os agentes públicos envolvidos na fiscalização de serviços saibam identificar situações de suborno ou proposta de vantagem indevida e como proceder caso elas ocorram.
- ✓ No início dos serviços, ofereça treinamento de integridade/*compliance* aos gestores da empresa da contratada.
- ✓ Realize avaliações de risco durante as fases da execução do serviço.
- ✓ Evite reuniões com representantes da empresa sem a presença de testemunhas.
- ✓ Efetue os registros técnicos necessários para justificar eventuais tentativas de pleito da empresa via judicial.
- ✓ Mantenha os processos sobre o contrato bem instruídos para justificar as ações tomadas.
- ✓ Se possível, utilize o "double check", ou seja, empregue mais de um agente público para conferir aspectos críticos para autorização de pagamento.
- ✓ Outras medidas cabíveis, do cenário #1, devem ser adotadas.

COMO RESPONDER SE A OFERTA DE SUBORNO FOR FEITA?

- ✓ Recuse-se a receber o suborno e informe ao ofertante sobre as implicações criminais de tal ação.
- ✓ Informe que o Departamento preza pela integridade, inclusive possui uma Política Antifraude e Anticorrupção.
- ✓ Informe ao seu superior hierárquico e ao agente de integridade da Superintendência.
- ✓ Utilize o canal Fala.Br para efetuar uma denúncia sobre o fato.



CENÁRIO # 3

UMA EMPRESA OFERECE VANTAGEM INDEVIDA PARA AGILIZAÇÃO DE PAGAMENTOS

Descrição: o Departamento assinou um contrato com uma empresa para realizar um projeto. Durante a execução, a empresa oferece suborno a um agente público para acelerar o processo de pagamento.

PREVENÇÃO AO SUBORNO: COMO REDUZIR A PROBABILIDADE DE A OFERTA ACONTECER?

- ✓ Certifique-se que a "fila" de pagamento de empresas obedeça ao processo instituído pelo Departamento e seja transparente.
- ✓ Adote uma política de gestão antissuborno. Para isso utilize a Norma Brasileira ABNT NBR ISO 37001.
- ✓ Realize treinamentos na Superintendência com situações práticas, de modo que os agentes públicos envolvidos na fiscalização de serviços saibam identificar situações de suborno ou proposta de vantagem indevida e como proceder caso elas ocorram.
- ✓ No início dos serviços, ofereça treinamento de integridade/*compliance* aos gestores da empresa da contratada.
- ✓ Realize avaliações de risco durante as fases da execução do serviço.
- ✓ Evite reuniões com representantes da empresa sem a presença de testemunhas.
- ✓ Mantenha os processos sobre o contrato bem instruídos para justificar as ações tomadas.
- ✓ Se possível, utilize o "double check", ou seja, empregue mais de um agente público para conferir aspectos críticos para autorização de pagamento.
- ✓ Outras medidas cabíveis, do cenário #1, devem ser adotadas.

COMO RESPONDER SE A OFERTA DE SUBORNO FOR FEITA?

- ✓ Recuse-se a receber o suborno e informe ao ofertante sobre as implicações criminais de tal ação.
- ✓ Informe que o Departamento preza pela integridade, inclusive possui uma Política Antifraude e Anticorrupção; e repudia qualquer tentativa de suborno.
- ✓ Informe ao seu superior hierárquico e ao agente de integridade da Superintendência.
- ✓ Utilize o canal Fala.Br para efetuar uma denúncia sobre o fato.



CENÁRIO # 4

OFERECIMENTO DE DOAÇÃO DE BENS MÓVEIS PARA A Superintendência OU PARA AGENTE PÚBLICO, CUJA INTENÇÃO É A COOPTAÇÃO

Descrição: o Departamento assinou um contrato com uma empresa para realizar um projeto. Durante a execução, a empresa oferece doação de bens móveis para a Superintendência ou para um dos agentes públicos, visando cooptar os agentes públicos e obter favorecimentos futuros.

PREVENÇÃO À DOAÇÃO MAL INTENCIONADA: COMO REDUZIR A PROBABILIDADE DE A OFERTA ACONTECER?

- ✓ Certifique-se da legislação que regula o recebimento de doações para órgãos públicos e difunda-a na Superintendência.
- ✓ Adote uma política de integridade, estabelecendo critérios de doações para a Superintendência.
- ✓ Promova a transparência da política de integridade para as empresas com as quais possui contratos celebrados.
- ✓ Nunca aceite doações sem que tenha ocorrido o devido processo legal. Certifique-se esse processo é transparente.

COMO RESPONDER SE A OFERTA SE DOAÇÃO FOR FEITA?

- ✓ Informe que o Departamento segue a legislação federal relativa à aceitação de doações e para que isso ocorra, há necessidade do devido processo legal.
- ✓ Informe que o Departamento preza pela integridade, inclusive possui uma Política Antifraude e Anticorrupção; e repudia qualquer tentativa de suborno.
- ✓ Informe ao seu superior hierárquico e ao agente de integridade da Superintendência.
- ✓ Avalie se há possíveis configurações de conflito de interesse na tentativa de doação.

- ✓ Verifique se a doação está de acordo com a política da empresa (se é que ela existe e com está delineada).
- ✓ Na ocorrência do processo de doação, garanta a legalidade e transparência em todos os passos, bem como garanta que os bens recebidos devem ser utilizados para o atendimento do interesse público sem qualquer contrapartida de interesse privado da empresa.
- ✓ Utilize o canal Fala.Br para efetuar uma denúncia sobre o fato.



CENÁRIO # 5

OMISSÃO DE INFORMAÇÕES E ESCLARECIMENTOS ADEQUADOS E TEMPESTIVOS POR EMPRESA CONTRATADA

Descrição: o Departamento assinou um contrato com uma empresa para realizar um projeto. Durante a execução, a empresa iniciou um processo de omissão de informações e esclarecimentos adequados e tempestivos à administração pública. O fiscal de contrato foi abordado por representante da empresa que se dispôs a fornecer as informações mediante algum acordo particular.

PREVENÇÃO À ARMADILHA: COMO REDUZIR A PROBABILIDADE DE A SITUAÇÃO ACONTECER?

- ✓ Garanta que o contrato tenha cláusulas que amparem pedido e o fornecimento tempestivo de informações e esclarecimentos pela empresa contratada.
- ✓ Desde o princípio da execução contratual, deve estar definido o canal de comunicação oficial com a empresa.
- ✓ Certifique-se que a empresa conheça a Política Antifraude e Anticorrupção do DNIT.
- ✓ Realize treinamentos na Superintendência com situações práticas, de modo que os agentes públicos envolvidos na fiscalização de serviços saibam identificar situações de suborno ou proposta de vantagem indevida e como proceder caso elas ocorram.
- ✓ No início dos serviços, ofereça treinamento de integridade/*compliance* aos gestores da empresa da contratada.
- ✓ Sempre que possível, vá acompanhado de mais de uma pessoa e realize reuniões na presença de terceiros, além de oficializar as discussões em ata ou, quando inviável, em registro formal interno logo após as reuniões.
- ✓ Notifique a empresa e mantenha os processos bem instruídos e transparentes.

COMO RESPONDER SE A OFERTA FOR FEITA?

- ✓ Diga não à pessoa que lhe ofereça informações à base de contrapartidas.
- ✓ Informe que o Departamento preza pela integridade, inclusive possui uma Política Antifraude e Anticorrupção; e repudia qualquer tentativa de suborno.

- ✓ Informe ao seu superior hierárquico e ao agente de integridade da Superintendência.
- ✓ Utilize o canal Fala.Br para efetuar uma denúncia sobre o fato.



CENÁRIO # 6

PROPOSTA DE EMPREGADO DE EMPRESA PARA ELABORAR DOCUMENTO DE RESPONSABILIDADE DE AGENTE PÚBLICO PARA AJUDÁ-LO EM SUAS TAREFAS.

Descrição: o Departamento assinou um contrato com uma empresa para realizar um projeto. Durante a execução, um empregado da empresa se prontificou a elaborar documento de responsabilidade de agente público, justificando sua ação como ajuda.

PREVENÇÃO À ARMADILHA: COMO REDUZIR A PROBABILIDADE DE A SITUAÇÃO ACONTECER?

- ✓ Realize treinamentos na Superintendência com situações práticas, de modo que os agentes públicos envolvidos na fiscalização de serviços saibam identificar situações de suborno, proposta de vantagem indevida ou outras propostas irregulares e como proceder caso elas ocorram.
- ✓ No início dos serviços, ofereça treinamento de integridade/*compliance* aos gestores da empresa da contratada.
- ✓ Deixe claro aos agentes públicos as vedações para os casos de relacionamento com empresas e/ou empregados de empresas.
- ✓ Evite reuniões com representantes da empresa sem a presença de testemunhas.

COMO RESPONDER SE A OFERTA FOR FEITA?

- ✓ Diga não à pessoa que lhe ofereça realizar seu trabalho.
- ✓ Informe que o DNIT preza pela integridade, inclusive possui uma Política Antifraude e Anticorrupção; e repudia qualquer tentativa de suborno.
- ✓ Informe ao seu superior hierárquico e ao agente de integridade da Superintendência.
- ✓ Utilize o canal Fala.Br para efetuar uma denúncia sobre o fato.



CENÁRIO # 7

OFERTA DE COBERTURA DE CUSTOS DE HOSPEDAGEM E REFEIÇÕES DE AGENTE PÚBLICO QUE SE DESLOCA PARA FISCALIZAR OBRA.

Descrição: o Departamento assinou um contrato com uma empresa para realizar um projeto. Sabendo do deslocamento de um agente público da sede da Superintendência para a fiscalização de serviços em um determinado trecho, a empresa se prontificou a cobrir os custos de hospedagem em hotel e as refeições em restaurantes da localidade.

PREVENÇÃO À ARMADILHA: COMO REDUZIR A PROBABILIDADE DE A SITUAÇÃO ACONTECER?

- ✓ O contrato deve possuir salvaguardas contra corrupção, baseada na legislação existente. (cláusulas de integridade). Se possível, deve haver cláusulas que:
 - 1) indiquem claramente a proibição de pagamentos ocultos e/ou ilícitos;
 - 2) explicita que, na ocorrência da tentativa de suborno, será instaurado processo administrativo que poderá resultar em rescisão contratual
- ✓ Adote uma política de gestão antissuborno. Para isso utilize a Norma Brasileira ABNT NBR ISO 37001.
- ✓ No início do projeto, ofereça treinamento de integridade/*compliance* aos gestores da empresa e ao(s) fiscal(is) de contrato.
- ✓ Cientifique a empresa da Política Antifraude e Anticorrupção do DNIT, destacando as vedações existentes para o recebimento de hospitalidades.
- ✓ Antecipe-se nas ações administrativas para garantir o pagamento de diárias para os agentes públicos que se afastam da sede a serviço, observando a legislação pertinente.
- ✓ Evite reuniões com representantes da empresa sem a presença de testemunhas.

COMO RESPONDER SE A OFERTA FOR FEITA?

- ✓ Diga não à pessoa que lhe ofereça qualquer tipo de hospitalidade, informe que viola o código de conduta do servidor público.
- ✓ Informe que o Departamento preza pela integridade, inclusive possui uma Política Antifraude e Anticorrupção; e repudia qualquer tentativa de suborno.
- ✓ Informe ao seu superior hierárquico e ao agente de integridade da Superintendência.
- ✓ Utilize o canal Fala.Br para efetuar uma denúncia sobre o fato.



CENÁRIO # 8

REPASSE DE INFORMAÇÕES PRIVILEGIADAS E/OU SENSÍVEIS EM FUNÇÃO DO RELACIONAMENTO PESSOAL DE AGENTE PÚBLICO E EMPREGADO DE EMPRESA.

Descrição: o Departamento assinou um contrato com uma empresa para realizar um projeto. Durante a execução, um agente público inicia a repassar informações privilegiadas e/ou sensíveis em virtude da existência de estreito laço de relacionamento com empregado de empresa.

PREVENÇÃO À ARMADILHA: COMO REDUZIR A PROBABILIDADE DE A SITUAÇÃO ACONTECER?

- ✓ Instruir os integrantes da Superintendência sobre casos dessa natureza e a necessidade de eventuais agentes públicos com parentesco ou estreito laço de amizade declararem essa situação antes do início de qualquer serviço.

- ✓ O contrato deve possuir salvaguardas contra corrupção, baseada na legislação existente (cláusulas de integridade); como a proibição de repasse de informações privilegiadas.
- ✓ No início do projeto, ofereça treinamento de integridade/*compliance* aos gestores da empresa e ao(s) fiscal(is) de contrato.
- ✓ Cientifique a empresa da Política Antifraude e Anticorrupção do DNIT, destacando as vedações de repasse de informações privilegiadas.
- ✓ Evite reuniões com representantes da empresa sem a presença de testemunhas.

COMO RESPONDER SE O PEDIDO FOR FEITO?

- ✓ Diga não à pessoa que lhe pediu o repasse de informação privilegiada
- ✓ Informe que o Departamento preza pela integridade, inclusive possui uma Política Antifraude e Anticorrupção; e veda o repasse de informações privilegiadas
- ✓ Informe ao seu superior hierárquico e ao agente de integridade da Superintendência.
- ✓ Utilize o canal Fala.Br para efetuar uma denúncia sobre o fato.



CENÁRIO # 9

OFERTA DE APOIO A PROGRAMA SOCIAL CUJA PRESIDÊNCIA PERTENCE À CÔNJUGE OU PARENTE (ATÉ 3º GRAU) DE AGENTE PÚBLICO QUE FISCALIZA A EMPRESA OFERTANTE

Descrição: o Departamento assinou um contrato com uma empresa para realizar um projeto. Durante a execução, a empresa se propôs a realizar uma oferta de apoio a uma organização social do município. A questão é que a presidência da organização é ocupada por cônjuge ou parente (até 3º grau) do agente público que fiscaliza a empresa ofertante. Tal situação poderá suscitar suspeitas de conflito de interesses.

PREVENÇÃO À ARMADILHA: COMO REDUZIR A PROBABILIDADE DE A SITUAÇÃO ACONTECER?

- ✓ Instruir os integrantes da Superintendência sobre casos dessa natureza e a necessidade de os agentes públicos avaliarem eventual configuração de conflito de interesses.
- ✓ O contrato deve possuir salvaguardas contra corrupção, baseada na legislação existente (cláusulas de integridade).
- ✓ No início do projeto, ofereça treinamento de integridade/*compliance* aos gestores da empresa e ao(s) fiscal(is) de contrato.
- ✓ Cientifique a empresa da Política Antifraude e Anticorrupção do DNIT, destacando as vedações de repasse de informações privilegiadas.

COMO LIDAR COM ESSA SITUAÇÃO NO ÂMBITO DO DNIT?

- ✓ Verifique se esse tipo de apoio está previsto na política da empresa.
- ✓ Ao tomar conhecimento, alerte a empresa para a não ocorrência de situação que possa configurar conflito de interesses.
- ✓ Sugerir ao agente público que amplie as ações de transparência relacionadas à fiscalização para evitar suspeição de favorecimento à empresa, decorrente da oferta realizada.



CENÁRIO # 10

OFERTA DE ENTRETENIMENTO (SHOWS, JOGOS ESPORTIVOS, TEATRO, FEIRAS, RODEIOS, PARQUE AQUÁTICO, PARQUES DE DIVERSÃO, PARQUES TEMÁTICOS, ETC) PARA AGENTES PÚBLICOS DA Superintendência

Descrição: o Departamento assinou um contrato com uma empresa para realizar um projeto. Durante a execução, a empresa oferece vouchers, tickets ou entradas para entretenimento para agentes públicos da Superintendência.

PREVENÇÃO À ARMADILHA: COMO REDUZIR A PROBABILIDADE DE A SITUAÇÃO ACONTECER?

- ✓ Adote uma política de gestão antissuborno. Para isso utilize a Norma Brasileira ABNT NBR ISO 37001.
- ✓ No início do projeto, ofereça treinamento de integridade/*compliance* aos gestores da empresa e ao(s) fiscal(is) de contrato.
- ✓ Cientifique a empresa da Política Antifraude e Anticorrupção do DNIT, destacando as vedações existentes para o recebimento de entretenimentos.
- ✓ Monitore o recebimento de brindes, presentes, entretenimentos e outras benesses.

COMO RESPONDER SE A OFERTA FOR FEITA?

- ✓ Diga não à pessoa que lhe ofereça qualquer tipo de oferecimento de vouchers, tickets e outras formas de utilização de entretenimento.
- ✓ Informe que o DNIT preza pela integridade, inclusive possui uma Política Antifraude e Anticorrupção; e repudia qualquer tentativa de suborno.
- ✓ Informe ao seu superior hierárquico e ao agente de integridade da Superintendência.
- ✓ Utilize o canal Fala.Br para efetuar uma denúncia sobre o fato.



CENÁRIO # 11

UM AGENTE PÚBLICO EXIGE UMA VANTAGEM INDEVIDA COMO CONDIÇÃO PARA APROVAR UM ADITIVO DE CONTRATO

Descrição: o Departamento assinou um contrato com uma empresa para realizar um projeto. Durante a execução, um agente público exige vantagem indevida para aprovar um aditivo de contrato.

PREVENÇÃO À CORRUPÇÃO: COMO REDUZIR A PROBABILIDADE DE A SITUAÇÃO ACONTECER?

- ✓ Se possível, deve-se trabalhar com um projeto executivo no lugar de projeto básico.
- ✓ Quanto mais detalhado for o projeto executivo, menos condições a empresa terá de pleitear aditivos, mitigando riscos de corrupção.
- ✓ O contrato deve possuir salvaguardas contra corrupção, baseada na legislação existente. (cláusulas de integridade). Se possível, deve haver cláusulas que: 1) proíbam pagamentos ocultos e/ou ilícitos; 2) explicita que, na ocorrência da tentativa de corrupção, será instaurado processo administrativo.
- ✓ Conheça os agentes públicos e colaboradores. Realize diligências (também conhecida como due diligence).
- ✓ Reavalie a probabilidade de demandas indevidas em cada fase do projeto.
- ✓ Desenvolva um plano de ação antifraude e anticorrupção.
- ✓ Promova, entre os agentes públicos e colaboradores ações de estímulo à transparência, integridade e comportamento ético. Informe que o DNIT preza pela integridade, inclusive possui uma Política Antifraude e Anticorrupção.
- ✓ Adote uma política de gestão antissuborno. Para isso utilize a Norma Brasileira ABNT NBR ISO 37001.
- ✓ No início do projeto, ofereça treinamento de integridade/*compliance* aos gestores da empresa e ao(s) fiscal(is) de contrato. Deixe claro que a empresa deve recusar a realização de pagamento de suborno pois viola as leis, poderá redundar em demissão e processo criminal.
- ✓ Garanta, sempre que possível, que o contrato tenha uma matriz de risco de integridade, onde as responsabilidades de prevenção, por todas as partes estejam bem definidas.
- ✓ Evite reuniões com representantes da empresa sem a presença de testemunhas.

COMO TRATAR A SITUAÇÃO?

- ✓ Reúna o máximo de elementos que caracterizem a autoria, materialidade e intenção da corrupção.

- ✓ Informe ao seu superior hierárquico e ao agente de integridade da Superintendência.
- ✓ Se for o caso, utilize o canal Fala.Br para efetuar uma denúncia sobre o fato.
- ✓ A Superintendência deve adotar as medidas legais para o caso.



CENÁRIO # 12

SOLICITAÇÃO DE VANTAGEM INDEVIDA PARA REESTABELECEM PAGAMENTOS QUE FORAM SUSPENSOS SEM NENHUM DESCUMPRIMENTO CONTRATUAL

Descrição: o Departamento assinou um contrato com uma empresa para realizar um projeto. Durante a execução, um agente público solicita vantagem indevida para reestabelecer pagamentos que foram suspensos sem que tenha ocorrido qualquer descumprimento contratual por parte da empresa.

PREVENÇÃO À CORRUPÇÃO: COMO REDUZIR A PROBABILIDADE DE A SITUAÇÃO ACONTECER?

- ✓ Se possível, deve-se trabalhar com um projeto executivo no lugar de projeto básico.
- ✓ Quanto mais detalhado for o projeto executivo, menos condições a empresa terá de pleitear aditivos, mitigando riscos de corrupção.
- ✓ O contrato deve possuir salvaguardas contra corrupção, baseada na legislação existente. (cláusulas de integridade). Se possível, deve haver cláusulas que: 1) proíbam pagamentos ocultos e/ou ilícitos; 2) explicita que, na ocorrência da tentativa de corrupção, será instaurado processo administrativo.
- ✓ Conheça os agentes públicos e colaboradores. Realize diligências (também conhecida como due dilligence).
- ✓ Reavalie a probabilidade de demandas indevidas em cada fase do projeto.
- ✓ Desenvolva um plano de ação antifraude e anticorrupção.
- ✓ Promova, entre os agentes públicos e colaboradores ações de estímulo à transparência, integridade e comportamento ético. Informe que o DNIT preza pela integridade, inclusive possui uma Política Antifraude e Anticorrupção.
- ✓ Adote uma política de gestão antissuborno. Para isso utilize a Norma Brasileira ABNT NBR ISO 37001.
- ✓ No início do projeto, ofereça treinamento de integridade/*compliance* aos gestores da empresa e ao(s) fiscal(is) de contrato. Deixe claro que a empresa deve recusar a realização de pagamento de suborno pois viola as leis, poderá redundar em demissão e processo criminal.

- ✓ Garanta, sempre que possível, que o contrato tenha uma matriz de risco de integridade, onde as responsabilidades de prevenção, por todas as partes estejam bem definidas.
- ✓ Evite reuniões com representantes da empresa sem a presença de testemunhas.



CENÁRIO # 13

SOLICITAÇÃO DE VANTAGEM INDEVIDA PARA RETARDAR PROCESSO DE DESOCUPAÇÃO DE FAIXA DE DOMÍNIO

Descrição: o Departamento assinou um contrato com uma empresa para realizar um projeto. Durante a execução, um agente público solicita vantagem indevida para retardar processo de desocupação de faixa de domínio.

PREVENÇÃO À CORRUPÇÃO: COMO REDUZIR A PROBABILIDADE DE A SITUAÇÃO ACONTECER?

- ✓ Conheça os agentes públicos e colaboradores. Realize diligências (também conhecida como due dilligence).
- ✓ Promova a difusão da Política Antifraude e Anticorrupção do DNIT.
- ✓ Desenvolva um plano de ação antifraude e anticorrupção.
- ✓ Promova, entre os agentes públicos e colaboradores, ações de estímulo à transparência, integridade e comportamento ético. Informe que o DNIT preza pela integridade, inclusive possui uma Política Antifraude e Anticorrupção.
- ✓ Adote uma política de gestão antissuborno. Para isso utilize a Norma Brasileira ABNT NBR ISO 37001.
- ✓ No início do projeto, ofereça treinamento de integridade/*compliance* aos gestores da empresa e ao(s) fiscal(is) de contrato. Deixe claro que a empresa deve recusar a realização de pagamento de suborno pois viola as leis, poderá redundar em demissão e processo criminal.
- ✓ Garanta, sempre que possível, que o contrato tenha uma matriz de risco de integridade, onde as responsabilidades de prevenção, por todas as partes estejam bem definidas.
- ✓ Divulgue a Resolução N° 9, de 12 de agosto de 2020, que dispõe sobre o uso das faixas de domínio nas rodovias federais sob circunscrição do DNIT.
- ✓ Tenha processos de desocupação de faixa de domínio bem instruídos e monitorados.
- ✓ Evite reuniões com representantes da empresa sem a presença de testemunhas.

COMO TRATAR A SITUAÇÃO?

- ✓ Reúna o máximo de elementos que caracterizem a autoria, materialidade e intenção da corrupção.
- ✓ Informe ao seu superior hierárquico e ao agente de integridade da Superintendência.
- ✓ Se for o caso, utilize o canal Fala.Br para efetuar uma denúncia sobre o fato.
- ✓ A Superintendência deve adotar as medidas legais para o caso.



CENÁRIO # 14

SOLICITAÇÃO DE DOAÇÃO DE MOBILIÁRIO NA DESMOBILIZAÇÃO DO CANTEIRO DE OBRAS EM BENEFÍCIO DA Superintendência

Descrição: Uma empresa contratada pelo Departamento está desmobilizando o canteiro de obras após a execução de um projeto. Não há previsão contratual de doação de material. Um agente público pleiteia a doação de mobiliário da desmobilização para uso na Superintendência.

PREVENÇÃO À ARMADILHA: COMO REDUZIR A PROBABILIDADE DE A SITUAÇÃO ACONTECER?

- ✓ Certifique-se da legislação que regula o recebimento de doações para órgãos públicos e difunda-a na Superintendência.
- ✓ Adote uma política de integridade, estabelecendo critérios de doações para a Superintendência.
- ✓ Promova a transparência da política de integridade para as empresas com as quais possui contratos celebrados.
- ✓ Nunca aceite doações sem que tenha ocorrido o devido processo legal. Certifique-se esse processo é transparente.
- ✓ Promova ações de estímulo à transparência, integridade e comportamento ético no âmbito da Superintendência.
- ✓ Adote uma política de gestão antissuborno. Para isso utilize a Norma Brasileira ABNT NBR ISO 37001.
- ✓ No início do projeto, ofereça treinamento de integridade/*compliance* aos gestores da empresa e ao(s) fiscal(is) de contrato. Deixe claro que a empresa deve recusar a realização de ações que possam configurar conflito de interesse, pois viola as leis; e poderá redundar em demissão e processo criminal.
- ✓ Garanta, sempre que possível, que o contrato tenha uma matriz de risco de integridade, onde as responsabilidades de prevenção, por todas as partes estejam bem definidas.
- ✓ Evite reuniões com representantes da empresa sem a presença de testemunhas.

COMO TRATAR A SITUAÇÃO?

- ✓ Informe a empresa das vedações de recebimento de doações, principalmente se houver suspeitas de eventual favorecimento futuro para a empresa.
- ✓ Informe ao seu superior hierárquico e ao agente de integridade da Superintendência.
- ✓ Se for o caso, utilize o canal Fala.Br para efetuar uma denúncia sobre o fato.
- ✓ A Superintendência deve adotar as medidas para averiguação do ocorrido.



CENÁRIO # 15

OMISSÃO DE INFORMAÇÕES E ESCLARECIMENTOS ADEQUADOS E TEMPESTIVOS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM PROCESSOS LICITATÓRIOS

Descrição: Em uma licitação pública, a documentação técnica contida no edital foi disponibilizada em pdf, não permitindo a realização de cálculos de forma automática e eficaz pelos proponentes. Além disso, o edital contém diversos pontos omissos e sem especificações, o que impede que sua proposta seja orçada de forma assertiva. Empresas apresentaram interesse em participar do processo licitatório e já solicitaram os arquivos em formato que viabilize os referidos cálculos, bem como diversos questionamentos. As respostas foram evasivas e não esclareceram as dúvidas. Há denúncias de que uma empresa foi abordada por um consultor que se dispôs a obter as informações pendentes de forma privilegiada, bem como se dispôs a obter os arquivos da Administração Pública.

PREVENÇÃO À ARMADILHA: COMO REDUZIR A PROBABILIDADE DE A SITUAÇÃO ACONTECER?

- ✓ Garanta que o Serviço de Cadastro e Licitações esteja apto a esclarecer dúvidas de forma correta, utilizando os canais adequados previstos pela lei. Registre os contatos.
- ✓ Deixe transparente para os participantes de processos licitatórios que não existem outros tipos de assistência por quaisquer pessoas intituladas representantes do DNIT ou com acesso à Superintendência.
- ✓ Difunda a Política Antifraude e Anticorrupção do DNIT
- ✓ Mantenha canais de comunicação internos para que, diante de situações como essa, possa ocorrer a apuração de suposta irregularidade.
- ✓ Promova ações de estímulo à transparência, integridade e comportamento ético no âmbito da Superintendência.
- ✓ Adote uma política de gestão antissuborno. Para isso utilize a Norma Brasileira ABNT NBR ISO 37001

COMO TRATAR A SITUAÇÃO?

- ✓ Esclareça a situação, levantando dados que permitam a identificação dos problemas, as pessoas que possam estar envolvidas e o suposto consultor.
- ✓ Informe ao seu superior hierárquico e ao agente de integridade da Superintendência.
- ✓ Se for o caso, utilize o canal Fala.Br para efetuar uma denúncia sobre o fato.
- ✓ A Superintendência deve adotar as medidas legais para o ocorrido.



CENÁRIO # 16

COBERTURA DE CUSTOS PARA ATENDIMENTO DE PRAZOS DE PROJETOS.

Descrição: Um agente público da Superintendência, fiscal de obra, pede uma ajuda em dinheiro a representante de empresa contratada para que possa trabalhar no final de semana e agilizar a análise de processo de interesse da empresa.

- ✓ Antes do início da execução do contrato, difunda a Política Antifraude e Anticorrupção do DNIT para os agentes públicos que devem ter algum tipo de relacionamento com representantes da empresa.
- ✓ Adote uma política de gestão antissuborno. Para isso utilize a Norma Brasileira ABNT NBR ISO 37001.
- ✓ No início do projeto, ofereça treinamento de integridade/*compliance* aos gestores da empresa.
- ✓ Cientifique a empresa da Política Antifraude e Anticorrupção do DNIT, destacando as vedações existentes para o recebimento de hospitalidades, entretenimentos, custos de hospedagem, passagens e qualquer outra coisa de valor.

COMO TRATAR A SITUAÇÃO?

- ✓ Informe a empresa das vedações de pagamento de custos indevidos
- ✓ Informe ao seu superior hierárquico e ao agente de integridade da Superintendência.
- ✓ Se for o caso, utilize o canal Fala.Br para efetuar uma denúncia sobre o fato.
- ✓ A Superintendência deve adotar as medidas para averiguação do ocorrido e demais medidas legais



CENÁRIO # 17

SOLICITAÇÃO DE APOIO À PROGRAMA SOCIAL, CUJO PRESIDENTE É CÔNJUGE OU PARENTE (ATÉ 3º GRAU) DE AGENTE PÚBLICO.

Descrição: Um agente público da Superintendência solicitou que uma empresa contratada prestasse apoio um programa social cuja presidência é exercida por cônjuge (ou parente – até 3º grau).

- ✓ Garanta que os integrantes da Superintendência tenham pleno conhecimento da Política Antifraude e Anticorrupção do DNIT, bem como da legislação que trata de conflito de interesses.
- ✓ Garanta que a empresa também tenha conhecimento da Política Antifraude e Anticorrupção do DNIT.
- ✓ No início do projeto, ofereça treinamento de integridade/*compliance* aos gestores da empresa.
- ✓ Garanta o conhecimento do canal de denúncias Fala.Br por todos integrantes da Superintendência e da empresa contratada.

COMO LIDAR COM ESSA SITUAÇÃO NO ÂMBITO DO DNIT?

- ✓ Verifique se esse tipo de apoio/doação está previsto na política da empresa.
- ✓ Ao tomar conhecimento, alerte a empresa para a não ocorrência de situação que possa configurar conflito de interesses.
- ✓ Verifique com a empresa como o pedido ocorreu (documentado, telefônico ou contato pessoal) e tente obter elementos de materialidade.
- ✓ Efetue a apuração interna da ocorrência de ilegalidade e adote as providências necessárias com urgência.
- ✓ Avalie o afastamento temporário do agente público da função, evitando eventuais favorecimentos futuros à empresa decorrente da oferta realizada.



CENÁRIO # 18

SOLICITAÇÃO DE ENTRETENIMENTO POR AGENTE PÚBLICO

Descrição: Um agente público da Superintendência solicitou que uma empresa contratada patrocinasse o acesso a um entretenimento (show, teatro, evento esportivo, feira, etc).

- ✓ Garanta que os integrantes da Superintendência tenham pleno conhecimento da Política Antifraude e Anticorrupção do DNIT, bem como da legislação que trata de conflito de interesses.
- ✓ Garanta que a empresa também tenha conhecimento da Política Antifraude e Anticorrupção do DNIT.

- ✓ Adote uma política de gestão antissuborno. Para isso utilize a Norma Brasileira ABNT NBR ISO 37001.
- ✓ No início do projeto, ofereça treinamento de integridade/*compliance* aos gestores da empresa e ao(s) fiscal(is) de contrato. Deixe claro que a empresa deve recusar a realização de pagamento de suborno pois viola as leis, poderá redundar em demissão e processo criminal.
- ✓ Cientifique a empresa da Política Antifraude e Anticorrupção do DNIT, destacando as vedações existentes para o recebimento de entretenimentos.
- ✓ Monitore o recebimento de brindes, presentes, entretenimentos e outras benesses.
- ✓ Evite reuniões de agentes públicos com representantes da empresa sem a presença de testemunhas.

COMO LIDAR COM A SITUAÇÃO NO DNIT

- ✓ Informe a empresa que o DNIT preza pela integridade, inclusive possui uma Política Antifraude e Anticorrupção; e repudia qualquer tentativa de suborno ou ato de corrupção
- ✓ Efetue a apuração interna da ocorrência de ilegalidade e adote as providências necessárias com urgência.
- ✓ Avalie o afastamento temporário do agente público da função, evitando eventuais favorecimentos futuros à empresa decorrente da oferta realizada.

O QUE MAIS SE PODE FAZER?

1. Registre as interações com empresas.
2. Oriente os agentes públicos a relatarem imediatamente ofertas de suborno.
3. Investigue ofertas de pagamento em que paire suspeição.
4. Atue dentro da previsão legal dos processos administrativos disciplinares quando for o caso.
5. Treine os agentes públicos e, se possível, representantes das empresas.
6. Conduza avaliações periódicas de risco.
7. Rememore o conteúdo do código de ética com os agentes públicos.
8. Implemente processos de controle interno.
9. Promova o canal de denúncias Fala.Br.
10. Efetue diligências prévias das empresas com as quais irá trabalhar.
11. Estabelecer uma política de tolerância zero para suborno.
12. Enviar lembretes regulares aos agentes públicos expostos.
13. Auditar processos de compras e contratações mais significativas
14. Revisar os pagamentos envolvendo maiores riscos.
15. Buscar um trabalho sinérgico, anticorrupção, com as empresas contratadas.